

EDITORIAL

Dois pesos

Reza aquela frase chavão de que nada melhor que um dia depois do outro. Um dia o PT estava na oposição e liderava as manifestações de que faltava vontade política ao presidente FHC para conceder reajuste salarial aos servidores federais. Também os petistas lideravam as críticas ao fato de o governo dos tucanos desrespeitar o funcionalismo concedendo reajuste nas gratificações e não um percentual geral a todos, incidindo sobre o vencimento básico. Dois pesos e duas medidas. Na oposição, o discurso era um, no governo, o discurso é totalmente inverso.

Na rodada da Mesa Nacional de Negociação Permanente, em 23 de abril, o secretário de Recursos Humanos, Sérgio Mendonça, usou discurso equivalente ao que era usado pela equipe econômica do neoliberal FHC. O governo Lula não irá conceder reajuste linear aos servidores e, sim, percentuais diferenciados por categoria, com o objetivo de "corrigir distorções do passado". A primeira pergunta que se faz é, qual a culpa que os servidores têm em relação à "distorções do passado"? A segunda se refere ao compromisso que está sendo descumprido de repassar ao funcionalismo ao menos as perdas do ano vigente, pois o mesmo Mendonça disse na reunião que não se deve trabalhar com perspectiva de "inflação passada", pois, segundo ele, o país agora trabalha com outra agenda econômica. Neste contexto, o anúncio de 0,1% de reajuste ao funcionalismo federal é apenas mais um "tapa na cara" de um governo que dia a dia tem descumprido a maior parte dos compromissos com o funcionalismo, a começar com a questão da Reforma da Previdência.

Contudo, é importante destacar que, o que não está explicitado no discurso do secretário de Recursos Humanos é de que a mudança na agenda econômica na negociação com o funcionalismo público se relaciona diretamente com o fato de que os acordos internacionais limitam os gastos do governo no setor público. Na verdade, o governo teria dinheiro para conceder reajuste aos servidores, mas, o acordo com o FMI engessa as finanças da União. Em resumo: não há mais novidade, o governo Lula continua submisso a estes acordos internacionais que ao longo dos últimos anos somente prejuízos sociais têm trazido ao país. O discurso de ferrenho opositor ao neoliberalismo deu lugar a um pragmatismo que está custando caro a todos os brasileiros.

EXPEDIENTE

A diretoria da SEDUFSM é composta por: **Presidente**- Carlos A. da Fonseca Pires; **Vice-presidente**- José Luiz Silvério da Silva; **Secretária-geral**- Ester Wayne Nogueira; **1º Secretário**- Neverton Hofstadler Peixoto; **Tesoureiro-geral**- Júlio Cezar Colvero; **1º Tesoureiro**- Diniz Fronza; **1º Suplente**- Diorge Alceno Konrad; **2º Suplente**- Joél Abílio Pinto dos Santos; **3º Suplente**- Sérgio Alfredo Massen Priebe. **Jornalista responsável**: Fritz R. F. Nunes (Mtb nº 8033) **Estagiária de jornalismo**: Ana Paula Medeiros Nogueira **Estagiárias de Relações Públicas**: Vilma Ochoa, Ana Cássia P. Flores e Daiana Stasiak **Diagramação e projeto gráfico**: J. Adams Propaganda **Ilustrações**: Clauber Sousa

Impressão: A Razão **Tiragem**: 1.500 exemplares

Obs: As opiniões contidas neste jornal são da inteira responsabilidade de quem as assina. Sugestões, críticas, opiniões podem ser enviadas via fone(fax) (55)3222.5765 ou pelo e-mail sedufsm@terra.com.br

Informações também podem ser buscadas no site do sindicato: www.sedufsm.com.br
A SEDUFSM funciona na André Marques, 665, cep 97010-041, em Santa Maria(RS).

Clauber



PONTO A PONTO

Reforma Universitária

No dia 8 de abril, o secretário-executivo do Ministério da Educação (MEC), Fernando Haddad, confirmou que o ministério deve adiar em pelo menos uma semana a divulgação da segunda versão do anteprojeto de Reforma Universitária. Inicialmente, a intenção do ministro da Educação, Tarso Genro, era apresentar o novo texto até 15 de abril. No entanto, principalmente devido à quantidade de sugestões que o primeiro documento do MEC recebeu, o novo anteprojeto só deve sair depois do dia 24.

Visita parlamentar



A SEDUFSM tem implementado diversas ações através do Núcleo de Professores Aposentados, que é coordenado pela secretária-geral do sindicato, Ester Wayne Nogueira. Uma das ações importantes deste Núcleo se refere à entrega de um documento ao reitor da UFSM, Paulo Sarkis, solicitando que a ANDIFES interfira junto ao governo para que na reforma universitária os aposentados não sejam retirados da folha de pagamento das universidades. Também por iniciativa da SEDUFSM, ainda sobre este assunto, foram visitados alguns deputados federais da região, entre eles, Paulo Pimenta (PT) e César Schirmer (PMDB), para que também eles influam junto ao governo federal. Na segunda, 11 de abril, esteve visitando a sede do sindicato a deputada federal Luciana Genro (foto), que integra o Partido Socialismo e Liberdade (P-Sol), e que tem se mostrado uma aliada nas questões dos servidores federais.

Loteria educacional

Ao contrário do que havia afirmado Ronaldo Mota, membro da Comissão Executiva do MEC que estuda a Reforma Universitária, Fernando Haddad afirmou que o MEC não pretende abandonar a proposta de criar uma loteria para financiar projetos de assistência estudantil. "Não queremos abrir mão dos recursos da loteria. Ela já financia o Fies (Financiamento Estudantil) e pode financiar outras coisas da educação", afirmou. O secretário-executivo do MEC se reuniu recentemente com o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Gustavo Petta, para discutir alternativas para a assistência estudantil. Segundo Haddad, a idéia é que o próximo anteprojeto traga um capítulo dedicado ao tema. "O problema é a vinculação da loteria com a assistência estudantil. Estivemos reunidos com a UNE e estamos trabalhando em muitas mãos para tentar estabelecer um capítulo específico sobre a assistência estudantil", disse.

Dificuldade do FGTS

A correção dos valores do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) correspondente ao período dos planos econômicos Verão (janeiro/1989) e Collor I (março/1990) é reivindicada em centenas de ações judiciais individuais e coletivas de servidores públicos. Muitas dessas ações vêm sendo ganhas desde o final de 2003, entretanto, na hora de efetuar o pagamento, informações desconhecidas levam a que a Caixa Econômica Federal pague apenas parte do recurso ou, até mesmo, não efetue o pagamento.

Dificuldade do FGTS II

Para exemplificar, o escritório Wagner Advogados Associados, que tem entre sua clientela associados ao Sindicato dos Funcionários da UFSM, Seção Sindical dos Docentes da UFSM (720 professores), entre outros, de um total de 60 grupos que possuem ações, totalizando 2.453 autores, cerca de 1.678 receberam integralmente a correção do FGTS. O restante fica preso em razão dos detalhes necessários na documentação para que o pagamento seja efetuado. O escritório produziu um material informativo sobre os erros mais comuns que está a disposição em sua sede.